

APES EM FOCO

Nº.
Edição 004/25

JULHO 2025
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

MATÉRIA
FORMAÇÃO IMPORTA

ENTREVISTA
COM DRA. TELMA F.
PIMENTA

ARTIGO
FORMAR PSQUIATRAS
NO BRASIL: ENTRE A
TÉCNICA, A ÉTICA E A
RESPONSABILIDADE
SOCIAL



SUMÁRIO

PÁGINA 03 E 04

ENTREVISTA

com a Dra. Telma Freitas Pimenta

PÁGINA 05

MATÉRIA

Formação importa: Psiquiatria exige responsabilidade e qualificação

PÁGINA 06, 07 E 08

ARTIGO

Formar Psiquiatras no Brasil: Entre a Técnica, a Ética e a Responsabilidade Social

PÁGINA 09

FALA RESIDENTE

Por Ricardo Marchesi

PÁGINA 09 E 10

RESENHA CULT

Por Lícia Colodete

PÁGINA 11 E 12

SOCIAL

Flashes da 16ª Jornada de Psiquiatria da Apes

DIRETORIA

Lícia Fabris Colodete Libanio
Presidente

Antônio José Nunes Faria
Vice-Presidente

Vitor Maia Santos
Primeiro Secretário

Julia Carminati Lopes
Segundo Secretário

Leticia Maria Akel Mameri Trés
Primeiro Tesoureiro

José Luis Leal de Oliveira
Segundo Tesoureiro

CONSELHO EDITORIAL

Lícia Fabris Colodete Libanio
José Luis Leal de Oliveira

Daniela Ramos
Jornalista Responsável
MTB 2771 - ES

Entre em contato:
apespsiquiatria@gmail.com



ENTREVISTA

Foto: Divulgação

Segurança e qualificação na Psiquiatria: um compromisso com a ética e a saúde mental

Em um cenário de crescente demanda por cuidados em saúde mental, garantir que o atendimento psiquiátrico seja realizado por profissionais devidamente qualificados é uma questão de responsabilidade ética, legal e social. Para abordar os desafios relacionados à formação médica, à exigência do RQE e à defesa da prática segura e legítima da Psiquiatria, a APES em Foco entrevista a **Dra. Telma Freitas Pimenta** — médica formada pela Escola Superior de Ciências da Santa Casa de Misericórdia de Vitória, especialista em Psiquiatria e Neurologia Pediátrica. Na atual gestão do Conselho Regional de Medicina do Espírito Santo (CRM-ES), ela atua como Conselheira Efetiva, além de coordenar a Comissão de Segurança e Defesa do Médico e a Câmara Técnica de Psiquiatria. Nesta conversa, Dra. Telma compartilha sua visão sobre os riscos da atuação de profissionais sem RQE, os mecanismos de fiscalização e o papel das instituições na proteção da sociedade e na valorização da especialidade.

Qual é a responsabilidade legal dos gestores públicos e privados ao contratarem profissionais que não têm qualificação formal para exercer a Psiquiatria?

O médico responde eticamente ao anunciar ou divulgar especialidade sem o devido RQE, cabendo denúncia aos órgãos representativos de sua profissão : CFM (Conselho Federal de Medicina) e Regionais(CRM s) detentores de funções eminentemente fiscalizadoras .

Do ponto de vista do CRM-ES, o que caracteriza a prática ilegal da Psiquiatria e quais são as consequências para o profissional que se anuncia como psiquiatra sem ter RQE?

A prática da Psiquiatria , ou qualquer outra especialidade médica por um indivíduo NÃO MÉDICO vai caracterizar o chamado " exercício ilegal de profissão"cabível , a priori , de detenção punitiva policial.Por outro lado, em se tratando de um profissional médico, devidamente inscrito no CRM, porém não detentor de RQE , que age divulgando/ anunciando publicamente qualquer ESPECIALIDADE que não consta das Resoluções/Diretrizes emanadas do CFM, incide em infração ética cabível de

denúncia ao respectivo CRM.

Como o CRM-ES atua na fiscalização desses casos? Há mecanismos específicos para denúncias e averiguações?

Após o recebimento da notificação, o fato é submetido à análise pelo Tribunal de Ética do CRM para viabilizar a instauração de uma Sindicância, equivalente a um inquérito preliminar, conduzido por um conselheiro relator, cabendo ao médico denunciado o direito da ampla defesa e do contraditório, nos autos da Sindicância em causa. A posteriori, a Câmara Ética composta pelo Relator e demais Conselheiros irá proferir seu juízo de valor, votando pelo arquivamento ou até instauração de um Processo Ético Profissional e suas consequências éticas. Dando continuidade ao acima exposto, a missão dos CRMs visa sobretudo regular a prática médica, dentro de parâmetros éticos, visando a qualidade de serviços médicos prestados a sociedade de modo humanitário e justo.

Quais são os riscos que essa prática representa para os pacientes, especialmente em contextos mais vulneráveis, como os serviços públicos de saúde mental?

Desse modo, a prática da medicina que possa colocar em risco QUALQUER pessoa doente ou que apresente, ou venha a apresentar, TRANSTORNOS DEFICITÁRIOS de qualquer especialidade, devem contar com a Segurança e Defesa de seus Direitos aos tratamentos ofertados por instituições médicas de

qualidade, na medida de suas necessidades. Sejam elas (as instituições) públicas ou privadas.

Existe articulação entre o CRM-ES e outras entidades, como a APES ou a ABP, no sentido de promover a defesa profissional e garantir a atuação ética e qualificada na Psiquiatria?

Os Conselhos de Medicina devem atuar ao lado de Associações ou Sociedades Médicas, a exemplo da ABP/Apes, para garantir que premissas éticas sejam asseguradas em seu atendimento de toda a população assistida. Comissões e Câmaras Técnicas reforçam esses vínculos e otimizam a comunicação mútua dessas entidades. A sociedade assistida auferirá tais benefícios que devem ser mantidos e cultivados.

Para os colegas médicos e a população em geral: como identificar um psiquiatra legalmente habilitado e por que isso é tão importante para a saúde mental coletiva?

Temos avançado nesses quesitos, sempre informando e atualizando a população em geral quando por ocasião da busca por profissionais médicos gabaritados para este referido atendimento. Entretanto essas ações devem ser contínuas. A conscientização da sociedade, no que se refere ao atendimento médico qualificado, vem avançando a cada ano, por meio de Campanhas ABP/Apes, Congressos, etc. Ainda há muito a avançar nesse aspecto aqui abordado, sempre zelando pelo bom nome da Medicina e todos aqueles que a exercem com dedicação e empenho.



FORMAÇÃO IMPORTA:

Psiquiatria exige responsabilidade e qualificação

A crescente demanda por saúde mental no Espírito Santo exige mais que boa vontade: exige responsabilidade, conhecimento e compromisso ético. Em tempos de valorização da saúde mental, é preocupante constatar que instituições públicas e privadas ainda contratam médicos para atuar como psiquiatras sem que esses profissionais tenham a formação legalmente exigida. Médicos com pós-graduação lato sensu não são psiquiatras. A única via formadora oficialmente reconhecida é a residência médica em Psiquiatria, regulamentada pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM), além da prova de título promovida pela ABP em parceria com a AMB.

A diferença entre essas formações vai muito além do

diploma: envolve profundidade técnica, vivência clínica supervisionada, avaliação continuada e preparo para lidar com casos complexos, que exigem abordagem ética e conhecimento aprofundado das múltiplas dimensões do sofrimento psíquico. Apenas os médicos que concluem a residência médica ou são aprovados na prova de título podem obter o Registro de Qualificação de Especialista (RQE) — exigência legal para se anunciar e atuar como psiquiatra.

A contratação de médicos não especialistas para atuar em serviços públicos de saúde mental, ambulatórios ou mesmo em clínicas privadas é uma prática temerária. Tal conduta compromete diretamente a qualidade do cuidado, expõe os pacientes a riscos e fere o princípio da boa-fé na relação profissional-paciente. Além disso, enfraquece as políticas públicas de saúde mental e

perpetua a desinformação sobre o que é, de fato, ser psiquiatra.

A Associação Psiquiátrica do Espírito Santo (APES) tem recebido denúncias e relatos preocupantes de contratações irregulares em diversas regiões do estado. Diante desse cenário, reforçamos a necessidade urgente de maior vigilância por parte das autoridades competentes — incluindo gestores, conselhos profissionais e instituições de ensino — no sentido de coibir práticas que banalizam uma especialidade médica tão complexa e sensível.

Psiquiatria é uma especialidade que exige formação rigorosa, experiência prática, ética consolidada e preparo para acolher e tratar, com responsabilidade, o sofrimento humano em suas múltiplas formas. Proteger a população capixaba começa pela valorização dos profissionais qualificados. E isso passa, necessariamente, pelo respeito à exigência do RQE.



ARTIGO

Formar Psiquiatras no Brasil: Entre a Técnica, a Ética e a Responsabilidade Social



VALDIR CAMPOS
MÉDICO PSIQUIATRA

Em um cenário de crescimento exponencial das demandas por saúde mental, a formação de psiquiatras qualificados tornou-se um desafio central para o futuro da especialidade no Brasil. Trata-se não apenas de capacitar médicos para o diagnóstico e tratamento de transtornos mentais, mas de formar profissionais éticos, tecnicamente competentes e comprometidos com o cuidado integral das pessoas. Nesse contexto, é fundamental compreender as diferentes vias de formação hoje disponíveis no país — e, sobretudo, as responsabilidades associadas a cada uma delas.

Residência médica e pós-graduação lato sensu:

finalidades distintas

Em tempos de atenção ampliada à saúde mental, cresce o interesse de médicos recémformados pela Psiquiatria. Ao mesmo tempo, surgem dúvidas legítimas sobre qual o melhor caminho para se tornar especialista na área. No Brasil, três vias coexistem: residência médica, pós-graduação lato sensu e prova de título pela ABP/AMB. Embora complementares em alguns aspectos, essas modalidades têm funções, exigências e implicações legais distintas — e compreender essa diferença é essencial para proteger a qualidade da formação e a segurança do cuidado psiquiátrico prestado à população.

Residência Médica em Psiquiatria: a via formadora oficial e prioritária

A residência médica em Psiquiatria é a única via de formação oficialmente reconhecida pelo Ministério da Saúde e Ministério da Educação, regulamentada pela Comissão Nacional de Residência Médica (CNRM),

com título de especialista conferido pela Associação Médica Brasileira (AMB) em parceria com a Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP). É um programa de acesso direto, com duração mínima de 3 anos, carga horária de 8.640 horas, tempo integral e dedicação exclusiva, estruturado com base na Matriz Nacional de Competências da CNRM:

- **R1:** Emergências psiquiátricas, transtornos mentais comuns, psicofarmacologia básica, relação médico-paciente, internamentos e ambulatório geral.
- **R2:** Transtornos mentais graves, psicoterapia (TCC e psicodinâmica), interconsulta, infância e adolescência, psicogeriatría.
- **R3:** CAPS, psiquiatria comunitária, saúde mental coletiva, psiquiatria forense, gestão de serviços, pesquisa e docência.

A residência médica oferece formação teórico-prática supervisionada, em múltiplos níveis de atenção, com

preceptoria contínua e avaliação progressiva de competências clínicas, éticas e comunicativas. Ao final, o egresso pode requerer o Registro de Qualificação de Especialista (RQE) junto ao Conselho Regional de Medicina — condição legal para atuar e anunciar-se como psiquiatra.

Pós-graduação: formação complementar, não habilitante

Os cursos de Pós-graduação (também chamados de lato sensu ou especialização) são regulamentados pelo MEC para fins educacionais, mas não são reconhecidos como formação médica especializada pela AMB, pela ABP ou pela CNRM. Esses cursos são oferecidos por faculdades e instituições de ensino, muitas delas de excelente qualidade, com professores experientes e conteúdo técnico relevante. No entanto, é importante frisar: a pós-graduação não confere título de especialista nem substitui a residência médica. Trata-se de uma

formação teórica e prática complementar, voltada a médicos que desejam aprofundar conhecimentos psiquiátricos, mas que não realizaram residência. Embora possa contribuir para a atuação em serviços de saúde mental, a pós-graduação não substitui a residência médica e não autoriza o uso do título de psiquiatra.

Apesar disso, as pós-graduações cumprem papel importante, principalmente em regiões onde a residência médica é escassa, e como via preparatória para quem deseja prestar a prova de título da ABP.

Prova de Título da ABP/AMB: certificação por via não-residência

Para médicos que não realizaram residência, a outra via legal de obtenção do título de especialista é a prova de título promovida pela ABP em parceria com a AMB. Essa certificação exige do candidato:

- Graduação em Medicina com CRM ativo;
- Atuação clínica comprovada em Psiquiatria por, no mínimo, 6 anos, sendo possível considerar o tempo de pós-graduação lato sensu ou trabalho prático supervisionado;
- Aprovação em exame objetivo (e, em algumas edições, prova discursiva e/ou prática), com conteúdo alinhado às diretrizes da residência médica. A prova de título é válida em todo o território nacional, e o certificado emitido pela ABP/AMB permite o registro do RQE, conferindo ao médico o status legal de especialista em Psiquiatria. Trata-se, portanto, de uma via alternativa e legítima, mas que demanda trajetória clínica estruturada, estudos consistentes e domínio dos conteúdos práticos e teóricos da especialidade. A ABP estabelece critérios rigorosos de elegibilidade e atualiza periodicamente seu edital, garantindo a qualidade do processo seletivo.

Comparativo entre as vias de formação em Psiquiatria:

Modalidade	Duração mínima	Reconhecida pelo MEC/CNRM	Confere título de especialista?	Permite registro de RQE?
Residência Médica	3 anos (8.640 h)	Sim	Sim	Sim
Pós-graduação lato sensu	≥ 360 h (1 ano, em média)	Sim (educacional)	Não	Não
Prova de Título ABP/AMB	≥ 6 anos de prática ou especialização	Sim (via ABP/AMB)	Sim (se aprovado)	Sim

A importância de um corpo docente qualificado

Tanto na residência quanto nas pós-graduações, o papel dos preceptores e professores é decisivo. A normativa da ABP exige que pelo menos 70% do corpo docente dos programas de residência possua título de especialista pela ABP/AMB, preferencialmente com pós-graduação *stricto sensu* e experiência assistencial sólida. A supervisão deve ser presencial, contínua e com escuta ativa da evolução clínica dos residentes. A formação em psicoterapia, em particular, requer docentes habilitados e supervisionados, o que ainda é um ponto frágil em muitos programas.

Não basta formar, é preciso formar com qualidade

A aprovação na prova de título da ABP/AMB tem sido usada como indicador da qualidade dos programas. Atualmente, a ABP exige que ao menos 50% dos egressos de cada turma de formação acreditada sejam aprovados no exame. Essa exigência reforça a responsabilidade institucional com a formação qualificada e sinaliza aos futuros alunos que a titulação exige compromisso e dedicação, e não apenas cumprimento formal de carga horária. Ao mesmo tempo, é fundamental que os programas formadores enfrentem os temas estruturantes da Psiquiatria contemporânea:

psicofármacos e neurociências, sim — mas também ética, saúde mental pública, direitos humanos, diversidade, reforma psiquiátrica, práticas interdisciplinares e a escuta do sofrimento subjetivo.

Considerações finais

A formação do psiquiatra deve ser orientada por critérios éticos, científicos e assistenciais. A residência médica é a via formadora por excelência, pois oferece contato com diversos cenários clínicos, supervisão direta e avaliação de competências progressiva. A pós-graduação é complementar, útil como etapa formativa, mas não substitui a residência nem autoriza o uso do título. Já a prova de título da ABP/AMB é uma via legítima, porém exige experiência clínica sólida e preparação rigorosa.

No entanto, é preciso avançar em pontos estruturantes. A formação em psicoterapia ainda é heterogênea entre os programas, quando deveria ser pilar fundamental da identidade psiquiátrica. A inserção de temas como neuromodulação, psicodélicos, psiquiatria digital e saúde mental da população LGBTQIA+ permanece limitada. Por outro lado, a ética, a escuta, a abordagem humanizada e o compromisso com os direitos humanos — que deveriam permear toda a formação — ainda são, muitas vezes,

relegados ao campo das “atividades complementares”. Formar psiquiatras não é simplesmente repassar conteúdo técnico. Trata-se de desenvolver o pensamento clínico, o raciocínio ético e a sensibilidade para o sofrimento psíquico em suas múltiplas dimensões. É ensinar a dialogar com o SUS, com a Reforma Psiquiátrica, com as políticas de álcool e outras drogas, com os dilemas das internações involuntárias e com a complexidade das redes de cuidado. É preparar o futuro psiquiatra para lidar com pessoas reais — não com manuais clínicos. O papel dos coordenadores, supervisores e professores é decisivo. Devemos garantir que a formação do especialista contemple excelência clínica, solidez teórica, supervisão comprometida e reflexão crítica sobre a prática. O título de especialista deve ser mais que uma certificação: deve representar o compromisso ético, científico e humano com a saúde mental da população.

Por Valdir Ribeiro Campos – Médico Psiquiatra, Doutor em Psiquiatria, Professor e coordenador da Disciplina de Psiquiatria da UFES, Professor e Coordenador de PósGraduação em Psiquiatria da UUV e EMESCAM e Preceptor de Residência Médica (IPSEMG, UFMG, ICEPI/ES).

FALA RESIDENTE



**RICARDO
MARCHESI**
RESIDENTE EM
PSIQUIATRIA

Recentemente, acompanhamos de perto a história de uma mulher de 35 anos que nos tocou profundamente. Internada por problemas físicos sérios, incluindo dificuldade grave para se alimentar e suspeita de câncer no estômago, ela também enfrentava uma dor invisível: a depressão.

Durante a internação, essa paciente apresentou um quadro de profunda tristeza, perda total de prazer pela vida, sentimentos de culpa e uma forte sensação de inutilidade. Ela chegou a pensar seriamente e tentou tirar a própria vida. A angústia era tamanha que, mesmo com o uso de diversos medicamentos, os sintomas persistiam.

Diante da gravidade do caso e do risco real de suicídio, foi iniciado um tratamento que ainda não é amplamente utilizado no Brasil, mas que tem mostrado resultados promissores: o uso de escetamina, uma medicação com ação rápida sobre os sintomas da depressão e da ideação suicida. Com o consentimento da paciente, as aplicações começaram a ser realizadas duas vezes por semana.

A resposta foi visível: ao longo das semanas, ela demonstrou melhora no humor, retomou o interesse por pequenas atividades e, principalmente, os pensamentos suicidas diminuíram consideravelmente. Mas, apesar da melhora clínica, um ponto importanteficou claro: a falta de apoio emocional e familiar tornou o

tratamento mais difícil. A solidão, muitas vezes, é um fardo tão pesado quanto a própria doença. Por isso, reforçamos: o tratamento da depressão vai muito além dos remédios. Envolve empatia, escuta, presença.

Este caso mostra como a medicina, quando combinada com inovação e cuidado humano, pode mudar histórias. Mesmo em hospitais com recursos limitados, é possível oferecer esperança onde antes havia apenas escuridão.

É também um lembrete de que falar sobre saúde mental não é um luxo, é uma necessidade. E que todo mundo, em algum momento, pode precisar de apoio. Que a dor psíquica seja levada a sério. E que ninguém precise atravessar esse sofrimento sozinho.

Per aspera ad astra



**LÍCIA
COLODETE**
PSIQUIATRA E
PRESIDENTE DA APES

RESENHA CULT

Per aspera ad astra, frase atribuída ao estoico Seneca, sugere que as dificuldades nos aprimoram, nos conduzem adiante. Comumente utilizado como lema para forças aéreas militares de diversos países, o aforisma também inspirou o filme *Ad Astra*, de James Gray.

Protagonizado por Brad Pitt, também conta com a atuação de “estrelas” como Tommy Lee Jones, Donald Sutherland e Liv Tyler.

*“O futuro próximo.
Uma época de esperança e
conflito.”*

A humanidade se volta para as estrelas em busca de vida inteligente e progresso”.

É curiosa a pretensão profética das ficções científicas. Ou talvez seja mesmo só clichê. Este longa, lançado em 2019, precedeu a pandemia, o marco disruptivo dos novos tempos. Embora, verdade seja dita, o tempo seja tão perene que podemos admitir que ele nunca passa. Somos nós que passamos, lamento.

Roy McBride (Pitt) é um astronauta experiente que seguiu a profissão do pai, desaparecido há décadas em uma missão que pretendia encontrar vida inteligente em Netuno (estranho como a ciência de ponta se reveste dos mitos). Reconhecido pelo seu perfil psicológico inabalável, assegurado de êxitos supergalácticos, Roy é designado para interceptar uma ameaça proveniente daquelas órbitas longínquas, por onde seu pai supostamente ainda pairaria vivo. A inteligência do serviço secreto espacial, obviamente, também apela para os laços de família. Afinal, ser tecnicamente irrepreensível não basta para a indústria cinematográfica, já que sem os atropelos do coração dificilmente se produziria uma história.

Mas o nosso herói, a esta altura, já fizera a dura escolha pela razão em detrimento dos afetos. Elege a solidão. Enquanto sua mulher vai embora e um pouco antes de sair rumo ao espaço sideral, embala o seguinte pensamento:

“Estou pronto para ir. Pronto para trabalhar da melhor forma possível. Me concentro no essencial e estou alheio a tudo mais. Só tomarei decisões lógicas. Não me permitirei ser distraído. Não vou me permitir pensar em coisas que não são importantes. Não vou contar com ninguém para nada. Não vou estar sujeito a erros”.

E continua:

“Eu sempre quis ser astronauta. Pelo futuro da humanidade. Ou pelo menos foi assim que eu me convenci sobre mim. Eu me baseio na opinião dos outros. Sorria, demonstre atitude. É um teatro, onde vivo ansioso para sair de cena. Sempre de saída. Só não esbarre em mim”.

Se me permitem, lembro-me comovida da indignação da preciosíssima Nina Simone, que interrompe sua própria interpretação da canção Feelings, durante o Festival de Jazz de Montreux, em 1976: “I do not believe the conditions that produced a situation

that demanded a song like that!”. A quem despertar curiosidade, está lá no youtube.

Pois bem. As condições, no entanto, existem. Se eu fosse psicanalista, diria que o desaparecimento traumático do pai ensinou as condições da negação emocional. Mas há coisas na vida que não se resolvem com explicações, mesmo que sofisticadas, mesmo que verdadeiras. Há que se viver, pacientemente, há que se viver.

O filme em questão é de uma sublime e aterrorizante beleza. E provoca uma série de questionamentos filosóficos e psicológicos aparentemente intransponíveis. No plano astral, onde a moralidade é outra, podemos nos questionar sobre a natureza dos vínculos humanos, sobre nossa ancestralidade e nossa aparente disposição para o progresso. Recentemente li que “o progresso não é uma coisa, mas sim um sentimento [...] de aventura e expansão que começa na barriga e vai subindo até o peito (e com tanta frequência termina na cabeça, onde tende a dar errado)”. Não sei.

Tudo isso é muito difícil. E é muito bom. Apertem os cintos e ad astra!

APES EM FOCO PODCAST

Uma conversa leve, informativa e cheia de conteúdo relevante sobre saúde mental e psiquiatria, com convidados especiais e temas atuais. Todos os episódios estão disponíveis no canal do YouTube da APES: youtube.com/@apespsiquiatria7534 Ou acesse a lista completa pelo site: apesabp.org.br/foco.html

SOCIAL

Em clima de reencontro, atualização científica e celebração da Psiquiatria Capixaba, a **16ª Jornada de Psiquiatria da APES** reuniu, no último mês de maio, grandes nomes da especialidade, residentes, estudantes e profissionais da saúde mental. O evento, realizado no Hotel Sheraton, foi um sucesso de público e conteúdo. Nesta edição da APES em Foco, registramos alguns desses momentos especiais e as presenças que marcaram a Jornada. Confira!



SOCIAL



